



Francelino Pereira

## Rodovias elevam custos da produção, diz Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem ao ministro dos Transportes, Odacir Klein, que adote providências para recuperar os trechos mais críticos da malha rodoviária do País. O senador observou que o elevado grau de deterioração das estradas foi atestado por uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), segundo a qual o estado geral das principais rodovias é de péssimo a regular em 93,6% da extensão avaliada.

- Entendo que a conservação da malha rodoviária é prioridade inquestionável, não apenas para reduzir o número de acidentes de trânsito, mas também para diminuir o "custo Brasil", um dos fatores que impedem a competição das empresas nacionais - disse.

Para Francelino Pereira, se fossem iniciadas imediatamente as obras de recuperação e manutenção das estradas do País, seriam necessários R\$ 4,7 bilhões para deixá-las em bom estado. "Se nada for feito nos próximos quatro anos, a CNT estima que esse custo chegará aos R\$ 9,8 bilhões", afirmou.

# Maldaner cobra resultados de ações contra a miséria

*Senador reconhece avanços na estabilização econômica, mas aponta redução no número de empregos e atuação tímida do governo na área social*

"O que estamos fazendo para acabar com a miséria?", indagou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao condenar a situação que mantém tantos brasileiros abaixo da linha da pobreza. Em sua opinião, o programa Comunidade Solidária, que poderia estar mudando esse quadro social, teve atuação inexpressiva até agora.

- Em seu primeiro ano, a atuação do Comunidade foi tímida, tímida mesmo, muito aquém das necessidades do País - disse o senador, acrescentando que essa iniciativa alcançou resultados menos significativos que os conseguidos por programas semelhantes executados no passado.



Casildo Maldaner

De 1.800 municípios identificados como alvo do Comunidade Solidária, apenas 300 foram selecionados para atendimento em 1995. A ampliação do número para 1.100 municípios atendidos em 1996 não tranquiliza Maldaner, porque não houve um crescimento proporcional dos recursos no Orçamento da União.

Casildo Maldaner citou cálculos do Banco Mundial para afirmar que seria necessário apenas 1% do PIB nacional para elevar os indigentes pelo menos para a linha da pobreza, desde que houvesse um monitoramento capaz de identificar essas famílias.

O senador reconheceu o mérito do programa econômico do governo na estabilização dos preços, mas ressaltou que a retração da economia diminuiu seriamente o número de empregos formais.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) condenou a falta de vontade política do País em realizar os investimentos necessários ao combate à pobreza.

## Hollanda: Brasileiro sabe o que precisa da escola

A escola brasileira deve retornar à simplicidade, atender às necessidades pedagógicas básicas e assumir função profissionalizante. A opinião é do senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que apontou esse ideal como o da grande maioria dos entrevistados pelo Instituto Vox Populi, em pesquisa realizada em parceria com o Ministério da Educação e outras instituições, entre 30 de



Hollanda

maio e 6 de junho. Para ele, "as idéias mirabolantes e os planos vazios de metas e repletos de belas intenções estão com os dias contados".

Baseando-se no relatório, Hollanda disse que os brasileiros querem a escola pública, mas reclamam da qualidade do ensino e da ameaça constante de greves. Avaliam bem a escola particular, mas não se sentem capazes de arcar com o valor

das mensalidades. Desejam uma escola com forte disciplina e com autonomia para decidir sobre os aspectos pedagógicos e cargas horárias. E valorizam especialmente o ensino da língua portuguesa, da matemática e das ciências.

Para ele, "numa comprovação de maturidade e bom senso", a população apontou as necessidades pedagógicas básicas, e o resultado da pesquisa deve servir de base aos que planejam políticas educacionais no País.

# Tebet anuncia registro de 100 mil candidatas

Para senador, está desfeito temor de que mulheres não seriam capazes de preencher cota. Pág. 3

# CAE examina empréstimos e proteção a consumidor

*Dinheiro do Bird para reestruturação e desestatização da Rede Ferroviária entra na pauta amanhã. Comissão de Orçamento vai examinar hoje contas do ex-presidente Itamar Franco*

## Exposição reúne produção literária de senadores

A mostra "Os Senadores", organizada pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado (SSRP), permanece aberta até o próximo dia 30, na Vitrine dos Estados (corredor de acesso ao Anexo I). A exposição apresenta poemas, ensaios, livros e letras de músicas de autoria dos parlamentares, além de parcela da produção legislativa de 57 senadores.

A iniciativa integra um trabalho de maior amplitude, iniciado com o projeto "Conheça sua Casa", que pretende oferecer aos pú-

blicos interno e externo uma visão mais precisa do que o Senado está produzindo.

Vários senadores participaram diretamente da seleção do material reunido nesta mostra. A produção extraparlamentar apresenta, entre outros, o CD "50 Canções de Amor", de Ronaldo Cunha Lima; o romance *O Dono do Mar*, de José Sarney; os ensaios reunidos em *Mivitevendo*, de Artur da Távola; o romance *Maíra*, de Darcy Ribeiro; e a letra da música *Vento Negro*, de José Fogaça.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã (dia 24) para examinar pedido de contratação de crédito externo no valor de até US\$ 350 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinado ao financiamento parcial do Projeto de Reestruturação e Desestatização da Rede Ferroviária Federal. O relator da matéria é o senador José Fogaça (PMDB-RS).

A CAE também deverá examinar solicitação da Prefeitura de Fontoura Xavier (RS) para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 344 mil, a ser empregado na execução de projetos habitacionais para



Gilberto Miranda

população de baixa renda do programa Pró-Moradia.

Sob a presidência do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), a comissão deve apreciar ainda projeto de lei da Câmara que dispõe

sobre a proteção do consumidor e que tem como relator o senador Lauro Campos (PT-DF). Após ser apreciado na CAE, o projeto ainda irá a plenário.

Para hoje, está marcada reunião da Comissão Mista de Orçamento, que deve apreciar as contas do então presidente da República Itamar Franco, referentes ao exercício de 1993. A reunião está prevista para as 15h, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

**10h** - Recebe o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Francisco José Schettino.

**11h** - Recebe os deputados Luís Eduardo Magalhães, presidente da Câmara, Jaques Wagner e Paes Landim para discutir a comemoração dos 50 anos da Constituição de 1946.

**11h30** - Recebe os presidentes do Mosape, Domingos S. Travesso, e da Assisefe, Afranio Cavalcanti Melo.

**14h30** - Presidência sessão deliberativa do Senado.

### PLENÁRIO

**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: "Requerimento nº 686/96, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 48/96 com o PLS nº 190/95, por se tratarem de matérias correlatas; terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 22/96, que trata da criação de municípios; e primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 30/96, que trata da reforma da educação.

### COMISSÕES

**15h - Comissão Mista de Orçamento**

Pauta: Apreciação das contas do então presidente da República Itamar Franco, referente ao exercício de 1993. *Plenário 2 da Câmara*

### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

### PLENÁRIO

**Quarta-feira (24.07.96)**

**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 22/96 e segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 30/96.

**Quinta-feira (25.07.96)**

**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: "Substitutivo do Senado ao PLC nº 73/94, que institui o Código de

Trânsito Brasileiro; "PLC nº 25/95, que institui a revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária; "Projeto de Resolução nº 77/96, que autoriza ao estado de Pernambuco a contratação de operação de crédito no valor de R\$ 25,79 milhões, junto ao Banco do Nordeste, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur; "Projeto de Resolução nº 78/96, que autoriza o estado de Goiás a assumir a totalidade da dívida do Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás - BD - Goiás (em liquidação ordinária), perante o sistema BNDES, no valor de R\$ 87,64 milhões, considerada a data-base de 3.11.95; votação em primeiro turno da "PEC nº 23/96, que trata de ilegitimidade; quinto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 22/96 e terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 30/96.

**Sexta-feira (26.07.96)**

**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 30/96.

### COMISSÕES

**Quarta-feira (24.07.96)**

**10h - Comissão de Assuntos Econômicos**

Pauta: "Ofício S nº 64/96 (não terminativo), que encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier (RS), para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 344.366,18, no âmbito do programa Pró-Moradia, destinada à execução de projetos de moradia para população de baixa renda; "Mensagem nº 189/96 (não terminativo), que solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 350 milhões entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Reestruturação e Desestatização da Rede Ferroviária Federal; e "PLC nº 2/96 (não terminativo), que altera a redação do parágrafo 1º do art. 52 da Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.*

**10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Pauta: A ser definida. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

# Cem mil mulheres disputam o pleito municipal, anuncia Tebet

*Relator do projeto que regulamenta as eleições, senador considera bem sucedido o objetivo de luta pela igualdade na esfera política*

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou ontem a existência de 100 mil mulheres registradas como candidatas às eleições municipais deste ano, em todo o País. Ele afirmou que, assim, está desfeito o temor de que em muitos municípios elas não fossem capazes de preencher a cota que cada legenda partidária, de acordo com a Lei nº 9.100, aprovada ano passado, é obrigada a reservar para o sexo feminino.

Tebet lembrou que na tra-

mitação, no Senado, do projeto de lei de regulamentação das eleições municipais, ele atuou como relator da matéria. Na ocasião, segundo afirmou, viu-se obrigado a rejeitar emenda da senadora Júnia Marise (PDT-MG) instituindo a reserva de candidaturas às mulheres, por julgá-la inconstitucional. Ele esclareceu, no entanto, que quando da apreciação da matéria em plenário a



Ramez Tebet

emenda retornou, assinada pelo relator, como resultado de consenso das lideranças partidárias.

O senador disse continuar em dúvida sobre a constitucionalidade do dispositivo legal, mas acha

que nenhuma arguição será levantada por tratar-se de um fato que fala mais alto que a realidade da lei, por atender a um objetivo da luta pela igualdade.



Lauro Campos

## Para Lauro, doença está no capitalismo

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse ontem que as manifestações do Parlamento em relação a questões sociais, como a da saúde, são desmentidas pela realidade. Para superar esse divórcio, ele afirmou a necessidade de unir a palavra à ação, a promessa à sua concretização, substituindo diagnósticos individualizados por uma compreensão global da perversidade que alimenta o capitalismo em seu funcionamento.

Segundo o senador, a boa vontade e a dedicação com que muitos parlamentares tratam os problemas sociais são transformadas "em palavras vãs e frívolas" pela dinâmica de maximização do lucro inerente ao sistema capitalista. Contrário à valorização da vida, esse sistema, na opinião de Lauro Campos, impõe a exclusão de países, regiões e setores sociais inteiros ao garantir a apropriação privilegiada de recursos para poucos. "Enquanto os Estados Unidos se apropriarem de 40% da riqueza mundial, seremos fatalmente excluídos dessa distribuição desigual e combinada", disse.

Para Lauro Campos, a substituição de um diagnóstico individualizado sobre a situação da saúde no País por um diagnóstico sistêmico revelará que a verdadeira doença está no próprio capitalismo, fonte de todos os males individuais e sociais. Diante desse quadro, o senador afirmou que não adianta aumentar os recursos para o Ministério da Saúde mediante a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

## Sarney: Estatuto da microempresa não acarretará prejuízo ao Tesouro

O senador José Sarney (PMDB-AP) desafiou as autoridades econômicas a apresentarem dados comprovando o alegado impacto tributário negativo que seria gerado pelo seu projeto de Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, aprovado terminativamente, na semana passada, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Sarney garantiu que o prejuízo simplesmente não existe:

- Durante quatro meses, o Senado esperou informações do Ministério da Fazenda sobre o impacto tributário negativo do projeto. Esperou em vão. Os subsídios não chegaram. E não chegaram porque não existem - afirmou.

Sarney reagiu às versões segundo as quais a perda chegaria a R\$ 4 bilhões:

- Ninguém sabe como e de onde surgiram os números divulgados pela imprensa, falando de uma perda para o Tesouro de R\$ 4 bilhões. Isso

não é verdade. A verdade é que os subsídios à pequena e média empresas, previstos na Constituição, somente beneficiarão a economia e possibilitarão melhoria de arrecadação - disse.

O senador apresentou estimativas realizadas pelo Sebrae/Macrotempo, a partir de dados da Receita.

A aprovação do projeto implicaria uma perda de receita de apenas 1,7%, mas beneficiaria as empresas com faturamento anual inferior a R\$ 204 mil, ou seja, 86,53% dos estabelecimentos empresariais existentes. "Essa pequena perda de receita seria mais do que compensada por inúmeros ganhos: legalização de milhares de unidades produtivas na informalidade; criação de novas microempresas, fontes de novos empregos e geração de renda; e, finalmente, restrição da base de arrecadação da Receita, tornando o sistema de gestão tributária muito mais eficiente", concluiu.



José Sarney

## Aprovação de projeto anima Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou ontem satisfação com a aprovação do estatuto das micro e pequena empresa, e de um regime tributário para o setor, dizendo acreditar que as novas regras vão abrir mais o mercado. A senadora elogiou ainda a sanção da lei antífumo.

A senadora defendeu ainda a viagem de parlamentares do Rio, a convite da Coca-Cola, para participarem em Atlanta, nos Estados Unidos, das discussões em torno da cidade que vai sediar a Olimpíada de 2004. Ela acha que o assunto interessa a todo o País e disse que a viagem não atrapalhará os trabalhos da convocação extraordinária do Congresso, que se encerra dia 31.

Ela também voltou a criticar a acumulação de capital e a má distribuição de renda e defendeu um "crescimento social".

# Benedita cobra resposta sobre vacinas

*Segundo senadora, Ministério da Saúde não esclarece requerimento sobre a compra de produto cubano para combater hepatite, embora tenha havido licitação*



Bernardo Cabral

## Cabral repele ameaça à Zona Franca de Manaus

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) repeliu qualquer alteração que venha a ser incluída na proposta de reforma tributária "com o objetivo de prejudicar a Zona Franca de Manaus", conforme divulgou a imprensa de seu estado. Cabral destacou que ele e a bancada do Amazonas estão determinados a inviabilizar qualquer medida nesse sentido.

Segundo Cabral, a Constituição de 1988 garantiu os incentivos fiscais por 25 anos à Zona Franca. Ele disse que o governador Amazonino Mendes já enviou fax ao presidente Fernando Henrique e ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, condenando a proposta de reforma tributária no que diz respeito à Zona Franca.

Cabral disse que o deputado Mussa Demes, relator da matéria, informou que Antônio Kandir resolveu desrespeitar um ano de discussão. O senador pediu transcrição nos Anais do artigo "Contradição neoliberal", publicado pelo jornal *A Crítica*, de Manaus.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) cobrou ontem uma resposta do Ministério da Saúde sobre a aquisição de vacinas de Cuba destinadas ao combate à hepatite. A senadora disse ter encaminhado

há algum tempo requerimento àquele órgão, mas até agora não obteve as informações.

Benedita, que está se recuperando de hepatite, informou ter sabido através da imprensa que o ministério teria cancelado a compra das vacinas cubanas por problemas na licitação, fato que, segundo ela, não é



Benedita da Silva

verdade. A seu ver, "está havendo atropelos políticos", uma vez que, acentuou, Cuba participou legalmente da licitação, juntamente com outros dois laboratórios.

Para a senadora, os casos de hepatite no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e no Nordeste exigem imediata ação do governo, já que o preço de cada vacina chega a US\$ 30,00, "um valor alto para os menos favorecidos". Benedita pediu também mais investimentos nas pesquisas e melhoria dos serviços.



Ernandes Amorim

## Amorim defende investigação de denúncias em RO

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) anunciou ontem que pretende apresentar, na próxima semana, requerimento para que seja criada uma comissão de senadores para ir a Rondônia com o objetivo de analisar denúncias de corrupção contra o governador do estado. Entre as denúncias, conforme o senador, está o desvio de recursos federais para obras na penitenciária do estado e no TRT.

Notícia publicada no fim de semana pelo *Jornal de Brasília*, sob o título "Políticos denunciados ficam impunes", foi contestada por Amorim. "A imprensa afirmou, quando tomei posse, que existiam contra mim 40 processos por agressões. No final, disseram que eram dois processos. Pois os dois processos estão arquivados".

Amorim disse que grupos empresariais desejam matá-lo, por haver denunciado a atuação das grandes mineradoras e conseguido a criação de uma CPI da Mineração no Senado.

## Lucena pede cumprimento de reajuste de 25% pelo SUS

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) dirigiu ontem apelo ao ministro da Saúde, Adib Jatene, para que seja cumprido o reajuste de 25% na tabela de prestação

de serviço médico-hospitalar pelas instituições conveniadas ao SUS. O senador destacou carta do Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde da Paraíba e da Associação Paraibana de Hospitais, na qual as entidades alertam que há oito meses o ministério vem pagando os



Humberto Lucena

serviços prestados sem o aumento concedido há um ano.

Como forma de financiar o sistema de saúde no País, o senador defendeu a instituição da CPMF

(Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), pois, a seu ver, trata-se de um imposto justo, já que seriam tributadas a economia informal e atividades ilícitas, além de não necessitar de fiscalização. Em aparte, Lucena foi apoiado pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO).

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social — Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação — Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo — Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa — José do Carmo Andrade

■ Editores — Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação — Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos — Célio Azevedo, Márcia Kalmue

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal